

-----**ACTA N.º 187**-----

----- Aos vinte e dois dias do mês de Junho de dois mil e sete, nesta vila de Sever do Vouga e Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Dr. José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 54º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (nova redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro). -----

-----**Ordem de Trabalhos**-----

- 1 – Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara. -----
- 2 – Período de antes da Ordem do Dia. -----
- 2.1 – Correspondência. -----
- 2.2 – Acompanhamento da actividade da câmara nas entidades associadas. -----
- 2.3 – Intervenções. -----
- 3 – Ordem do Dia. -----
- 3.1 – CPCJ – Relatório de Avaliação/2006. -----
- 3.2 – Estudo prévio do IC35 - Apreciação. -----
- 4 – Outros assuntos: -----
- 5 – Período destinado ao público. -----

----- Eram cerca das dezassete horas e vinte e cinco minutos quando o presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão. -----

----- Seguidamente, o presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário que verificasse se havia quórum e procedesse à chamada. -----

----- Depois de realizada a chamada, verificou-se a presença dos membros Albano de Amaral e Macedo, Alexandre Fernandes Tavares, António Fernando da Silva Dias, Alexandre Paulo Tavares Machado, em substituição do Presidente da Junta de Freguesia de Rocas do Vouga, Claudino da Fonseca Soares, David da Silva Alves, Edgar Jorge Ribeiro da Silva, Fernando da Silva Oliveira, Harolde Soares da Silva Balaias, João Pereira Henriques, Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, José Dias da Silva, José Loureiro dos Anjos, José Luís da Silva e Almeida, José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, José Tavares Batista Braga, José Tavares Coutinho, Júlio Martins Fernandes, Manuel Henriques Soares, Maria Elisabete Martins Henriques, Nuno Miguel Matos Silva, Paula Cristina Vaz dos Santos, Rui Manuel Batista Rocha e Silvério Benjamim da Silva Soares Gomes. Foram registadas as faltas dos membros Ana Paula Tavares Amador Hadden, António Rodrigues Ferreira e Francisco Furtado de Menezes Velloso Ferreira, que apresentaram justificação escrita, e, dos membros Belmiro Manuel Marques, Rafael Ferreira Matos e Severo Mendes Pereira. -----

----- Seguidamente, foi submetida à apreciação a acta n.º 186, oportunamente, remetida aos membros da assembleia municipal, ficando dispensada a sua leitura. –

----- A acta da sessão anterior foi aprovada por maioria, com a abstenção de Joaquim Zacarias Paulino Gabriel, tendo transmitido ao presidente deste órgão que iria apresentar uma declaração de voto. Votaram a favor os restantes membros. -----

-----**1 - Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara**-----

----- O presidente da câmara informou que poderia ser dispensada a leitura da informação escrita, por ter sido enviada atempadamente a todos os membros e para se evitar que esteja a ler um resumo dos assuntos registados nesse documento. Contudo, estaria ao dispor para prestar qualquer esclarecimento sobre as matérias exaradas nessa informação. -----

## -----2 - Período Antes da Ordem do Dia-----

### ----- 2.1 – Correspondência -----

----- da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, apresentando um convite para o concerto da “Banda Amizade” que se vai realizar, neste dia, no auditório do Centro Social de Pessegueiro do Vouga; -----

----- da ANMP, sobre as linhas gerais aprovadas no último congresso, disponíveis na página da associação na Internet. -----

### ----- 2.2 – Acompanhamento da actividade da câmara nas entidades associadas -----

----- O presidente da assembleia informou que foi recebida, para cumprimento do estabelecido na alínea d), do n.º 1, do art.º 53º da Lei das Autarquias Locais, informação para consulta, sobre a actividade desenvolvida nas seguintes entidades: GAMA – Grande Área Metropolitana de Aveiro e AMRia – Associação de Municípios da Ria. A referida informação encontra-se disponível para consulta nos serviços administrativos desta entidade. -----

### ----- 2.3 – Intervenções. -----

----- Foram registadas as seguintes inscrições, para este período: Joaquim Zacarias, José Braga, Rui Rocha e Albano Macedo, que intervieram na seguinte sequência: --

----- Joaquim Zacarias - Começou por ler uma crónica publicada na última página do Jornal de Notícias do passado dia 18 de Junho, sobre denúncias ocorridas no passado e há pouco tempo na DREN, referindo que é inacreditável e preocupante que isto possa acontecer no pós 25 de Abril que, a coberto da democracia se volte ao “permito que fales, mas exijo que te cales”, não querendo acreditar que algo semelhante se esteja a passar nos órgãos autárquicos deste concelho. -----

-----Seguidamente, dirigiu-se ao presidente da assembleia municipal, dizendo que na sequência do facto da comissão do ambiente ter sido preterida na acção de limpeza das margens do Rio Vouga, denominada “Ecovouga”, apoiada pelo executivo municipal, e tendo razões para suspeitar que essa comissão não é vista como se pretendia – um elemento de alerta e luta – os membros Joaquim Zacarias e Rui Rocha vieram formalizar a sua demissão da referida comissão, dizendo que, doravante, irão defender de forma individual ou em equipa com mais afinco para que este concelho tenha um ambiente bom, procedendo à entrega do pedido de demissão ao presidente deste órgão. -----

----- Posto isto, apresentou umas pequenas notas sobre o que se passa de positivo e negativo neste concelho. -----

----- Em primeiro lugar, agradeceu ao presidente da câmara o alcatroamento da zona envolvente do pontão do Rio da Póvoa. -----

----- Seguidamente, enunciou as seguintes situações: despejo de grandes quantidades de lixo de qualquer espécie na zona compreendida entre a Central de Camionagem, em construção, e a ETAR; cheiros nauseabundos na zona envolvente às escolas da vila; falta de limpeza na ex-EN 16; verificou que se andava a mais cerca de dois quilómetros entre a saída do nó de Carvoeiro e a estrada de ligação a Sever do Vouga, devido às voltas que é necessário fazer-se a mais, prejudicando quem se faz deslocar todos os dias para Aveiro ou Albergaria-a-Velha, situação que poderia ser resolvida se a saída tivesse sido efectuada mais atrás, próximo das instalações das captações de água do Carvoeiro; perguntou ao presidente da câmara como estava o processo judicial sobre a vedação dos acessos ao Rio Vouga; perguntou quem tinha autorizado a cor da pintura realizada no edifício do “Restaurante Mira Vouga”, situado num nobre local de acesso à vila; visitou a muralha de pedra dos Padrões e convidou os membros desta assembleia para verificarem *in loco* que aquela estrutura não está segura; perguntou para quando o

asfaltamento da Rua da Torre e da Corredoura; informou que continuava a verificar-se a circulação de veículos pesados no centro da vila; perguntou sobre o que pretendia o executivo fazer à casa da Vinha Dónega, adquirida pelo município; na rotunda do Sobreiral continuam afixadas duas placas (uma dos Rotários e a outra sobre a geminação com Montmagny, de França), perguntando para que servem os *out doors*, concluiu o membro Joaquim Zacarias. -----

Manuel Soares – Em relação ao nó de Carvoeiro, informou que seria impossível obter-se uma alteração, como foi muito difícil conseguir que fosse realizado. Sobre a vedação dos acessos ao Rio Vouga, informou que continuava a decorrer a providência cautelar e não se compreendia porque ainda não fora proferida qualquer decisão. Quanto à pintura realizada no edifício do “Restaurante Mira Vouga”, referiu partilhar da mesma opinião defendida, tendo ordenado ao técnico de Urbanismo para verificar e interceder junto do proprietário para alterar a cor daquela pintura. Quanto ao muro da sociedade do senhor Valdemar Pedro, informou estar licenciado, e, o empreiteiro e técnicos que assinaram os termos de responsabilidade garantem que aquele muro não tem qualquer probabilidade de cair, sendo responsáveis nos termos da legislação em vigor. Seguidamente, informou que a Rua da Torre e da Corredoura iriam ser asfaltadas após a colocação das tubagens para passagem subterrânea de cabos eléctricos da iluminação pública. Sobre a casa da Vinha Dónega, informou haver dúvidas quanto ao que se pode fazer naquele local, com a hipótese de ser demolido todo o prédio ou uma parte e passar uma rua nas traseiras ou, eventualmente, um projecto diferente a realizar auscultando a Junta de Freguesia. Em relação ao trânsito na vila informou que não há um sinal específico para vedar uma parte do trânsito de pesados, isto porque não se podia proibir no todo a circulação de pesados. Sobre as duas placas colocadas na mencionada rotunda, informou que foram aplicadas naquele local por ser mais perceptível, acrescentando que seria óptimo conseguir-se a negociação da parcela junto à rotunda para se fazer o projecto desejado para aquele local – um cartão de visita na entrada da vila. Por último, solicitou aos vereadores presentes que anotassem as demais situações para serem resolvidas. ----

José Braga – Iniciou a sua intervenção, referindo o início do asfaltamento da estrada para Lourizela. Seguidamente, colocou uma questão ao presidente da câmara, acerca do Pingo Doce, para saber se tem ou não licença de construção. Alertou para a falta de sinalização horizontal na curva onde houve uma intervenção, devido ao abatimento do piso, na estrada da Botica ao Pombal. Agradeceu o facto de ter sido retirada a grua instalada em frente do edifício dos paços do concelho, solicitando que fosse também removido o contentor. Em relação à estrada de Rocas a Couto de Esteves, designadamente, na curva do Laguinho, onde foram efectuadas duas intervenções sugeriu que fossem colocadas manilhas na linha de água, como uma solução mais adequada para o encaminhamento das águas pluviais, concluiu o membro José Braga. -----

Manuel Soares – Começou por justificar o que aconteceu na última situação descrita, designadamente, o encaminhamento de água e lama devido ao facto de terem ficado assoreadas e partidas as manilhas na parte mais a sul de Sanfins, provocando o encaminhamento de toda a água e lama para a referida curva que, por esse motivo, necessitava de uma intervenção urgente. Em relação à questão do Pingo Doce, informou que é uma média superfície que vem para Sever do Vouga e teve a aprovação na Direcção Geral da Empresa, com parecer favorável do Ministério da Economia e da comissão municipal, bem como, da Direcção de Estradas de Aveiro, com projecto de arquitectura entregue nos serviços de

Urbanismo e teve uma placa informativa do pedido de viabilidade de construção. Mais informou que, reúne todos os requisitos para ser licenciado, tais como, enquadramento no Plano de Ordenamento do Território e não foi aprovado o licenciamento devido ao facto de terem de corrigir a área dos prédios registados na Conservatória. Informou, também, que foi instaurado um processo de contra-ordenação e foi realizado o auto de embargo, registado na Conservatória do Registo Predial. As demais situações foram anotadas, concluiu o presidente da câmara. -----

Almeida e Costa – Perguntou ao presidente da câmara se as sanções que serão aplicadas à sociedade não serão um factor dissuasor que, porventura, possa mudar a posição de investir neste concelho e fazerem-se deslocar para outro concelho. -----

Rui Rocha – Apresentou várias situações: a primeira relacionada com a praia fluvial, solicitando a colocação de areia para melhorar o areal; a segunda situação prendia-se com a pista ciclável, dizendo que deveria ser vedada a circulação de veículos – motas e jipes, porque a pista é utilizada por muitas pessoas e pode acontecer algum acidente grave, mais grave do que aquele que aconteceu muito recentemente com o capotamento de um carro; a terceira situação prendeu-se com uma questão colocada ao vereador do pelouro das obras, sobre um muro na Portela, para saber se é para se construir e aproveitou para perguntar quando poderia ser beneficiado o caminho do Pisão e a Rua das Eiras. Por último, na sequência da informação prestada pelo Instituto das Águas, onde referem que as freguesias não têm competência para realizar o abastecimento de água domiciliário, perguntou como estava o processo apresentado na câmara sobre a transferência desse serviço para o município. -----

Manuel Soares – Referiu que será colocada areia na praia fluvial quando o caudal descer. No entanto, entende que esse trabalho deveria ser realizado pelo concessionário. Em relação à pista ciclável, informou que a empreitada ainda não foi concluída e o problema apontado prende-se com uma questão de cidadania, isto porque foram colocadas pedras nas entradas e as pessoas removeram-nas para poderem passar, quando não deveriam fazê-lo. Quanto à situação do abastecimento de água, informou que o executivo iria ter uma reunião na Associação de Municípios da Ria com a administração da SimRia, para se analisar a transferência desse serviço e, sugeriu que fosse realizada uma reunião entre o presidente da junta e o vereador do pelouro para analisarem o problema de Paradela, de modo a não falhar a água para o abastecimento. Sobre a transferência desse serviço, solicitou que aguardasse pela decisão dos Municípios do Médio Vouga, porque a decisão mais correcta é das juntas de freguesia procederem à transferência dos respectivos sistemas directamente para o multimunicipal. As demais situações foram anotadas.

Albano Macedo – Apresentou os seguintes votos de congratulação: atendendo a que está a decorrer o 30º Aniversário da Juventude Académica Pessegueirense; atendendo à reeleição do Eng.º Valdemar Coutinho, como presidente da direcção da AIDA – Associação de Industriais do Distrito de Aveiro; atendendo a que está a decorrer uma oferta pública de venda da Martifer, sendo de referenciar que o êxito desta operação se deve à qualidade de gestão dos seus administradores Eng.º Carlos Martins e Dr. Jorge Martins, ilustres severenses, bem como, no seu empenho para a construção da barragem de Couto Esteves/Ribeiradio. Estes votos de congratulação, exarados nos documentos entregues à mesa e dados aqui como reproduzidos, foram transformados em proposta e colocados à votação. -----

Seguidamente, os três votos de congratulação foram colocados à votação, para constarem em acta e envio às entidades visadas. Em separado, os três votos foram aprovados por unanimidade. -----

### ----- 3 - Ordem do Dia -----

-----3.1 – CPCJ – Relatório de Avaliação/2006: - O presidente da assembleia municipal colocou à apreciação o relatório de avaliação entregue na última sessão, relativo à actividade desenvolvida durante o ano de 2006, pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, enviado para conhecimento, nos termos do n.º 2, do art.º 32º, da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro. Seguidamente, foi aberto um período para os membros intervirem ou tecerem algumas considerações sobre aquele documento. Foram registadas as seguintes intervenções: -----

Elisabete Henriques – Antes de tecer comentários acerca do documento apresentado louvou a importância da comissão, considerando como aspectos a melhorar o funcionamento da Comissão Alargada e as acções desenvolvidas junto das comunidades. Considerou que a comunidade e o governo deveriam apoiar mais a comissão, pois vive da ajuda que a autarquia lhe dá e luta com dificuldades ao nível de técnicos, designadamente, com a falta de psicólogos. Da análise efectuada ao documento verificou-se que no ano de 2006, foram abertos 24 novos processos, valor muito elevado para este concelho. Sendo a maior parte das sinalizações efectuadas pelos estabelecimentos de ensino e pelas instituições de apoio à criança e ao jovem. Verifica-se que a negligência é o motivo mais assinalado nas idades compreendidas entre os 0 e os 15 anos, sendo a maior parte dos casos situados em famílias biológicas nucleares e com filhos, mas também se acentua nas famílias monoparentais. São famílias na faixa etária dos 19 aos 54 anos, com primeiro ou segundo ciclos completos e vivendo do seu rendimento do seu trabalho, inseridas em meios sociais sem problemas identificados. O alcoolismo é o grande responsável por aquelas situações. Sugeriu que se olhasse atentamente para o relatório desta comissão e olhar-se para o meio que nos rodeia. Por último, para reflexão, ficou a seguinte questão “o que poderei fazer para ajudar a comunidade?”.

Joaquim Zacarias – Apresentou as seguintes situações e questões: -----  
Quando se fala de funcionamento da Comissão Alargada no Ponto 3.2.4 refere que realizou apenas uma reunião durante o ano de avaliação, seguindo-se uma pergunta com resposta negativa e justificação dada como “falta de motivação dos intervenientes. Solicitou uma justificação para esta resposta. -----

No final do documento, onde consta o “Plano de Actividades”, são sugeridas acções a desenvolver na comunidade. O membro Joaquim Zacarias perguntou que apoio é que o executivo poderia dar para as actividades de verão e de férias dos adolescentes. -----

António Coutinho – Informou que as respostas estão pré-formuladas e a “falta de motivação” resulta do facto da comissão ser constituída por trinta elementos e, normalmente, às reuniões só aparecem catorze ou quinze elementos e com muita insistência para haver quórum, sendo esse o motivo para a escolha dessa resposta. – Em relação ao plano de actividades, informou que a comissão restrita como a CPJC têm, como o previsto na legislação, uma dotação orçamental e respectivo apoio do Município. -----

Aproveitou para referir que os 24 casos referidos por Elisabete Henriques, na sua intervenção, resultam de situações de abandono escolar e absentismo. -----

Albano Macedo – Indicou os pontos que, na sua opinião, devem merecer a atenção e preocupação dos membros da assembleia municipal. Considerou que deveria ser analisado no ponto 3.2 – Funcionamento da Comissão Alargada, o motivo da comissão não reunir com a periodicidade obrigatória, sugerindo que fossem criados e dinamizados grupos de trabalho para assuntos específicos. No ponto 3.2.2, perguntou se não seria benéfico criar grupos de trabalho para avaliação de situações

problemáticas e dinamização de parcerias ou sensibilização e divulgação do trabalho da comissão. No ponto 3.2.3, referiu que, atendendo ao facto da comissão ter de reunir com uma periodicidade de dois meses, porque são atribuídas justificações de fraca adesão dos intervenientes, porque não se substituem os elementos sem interesse nessa comissão? No ponto 3.2.4, refere ter havido uma reunião durante um ano, justificando-se esse facto com a falta de motivação dos intervenientes. Referiu que esses elementos deveriam solicitar a sua substituição. No ponto 3.2.6, a comissão demonstra no relatório que não têm prioridades para estabelecer parcerias com outras instituições. Julgou não ser boa política o isolamento e seria muito mais produtivo o trabalho da comissão se fossem estabelecidas parcerias com instituições. No ponto 3.2.8, tendo em atenção a fraca participação dos parceiros, entende que deveriam ser comunicadas as ausências aos órgãos ou instituições representativos na comissão, sugerindo que fossem comunicadas as faltas dos membros indigitados por esta assembleia municipal, de modo a terem a percepção do interesse ou não dos elementos que representam este órgão. -----

Na comissão restrita, para além de se evidenciar o seu trabalho e disponibilidade enalteceu e saudou os seguintes elementos: Dr. Severo Pereira, com uma disponibilidade de quatro horas semanais e Dr.<sup>a</sup> Ana Monteiro, com a disponibilidade de sete horas e meia por semana, mesmo tendo um horário interligado com o serviço na autarquia. Da mesma forma, enalteceu o trabalho prestado por elementos das seguintes instituições: Centro de Saúde, Segurança Social e APCDI. Sublinhou a disponibilidade da Dr. Fátima Tavares, com dezassete horas e meia semanais, sabendo-se que o tempo registado é superior, acabando por sugerir que fosse enaltificado e louvado o seu voluntarismo em prol da causa pública. -----

Seguidamente, procedeu à leitura das respostas dadas no ponto 7.2.1, perguntando: se alguma vez foi pedido apoio à autarquia? Se alguma vez foi rejeitada a participação nalguma iniciativa? Se alguma vez foi solicitado algum apoio e rejeitado? Foi alguma vez solicitado algum apoio para participação em acções de formação e rejeitado? Isto, para dizer que não há necessidades prioritárias perante a inexistência de apoio. Depois, passou para a análise da informação contida no ponto 7.3 – Fundo de Maneio, onde consta que a comissão possui um fundo de maneio e não o utiliza. -----

Quanto à informação contida no ponto 7.5.1.1 perguntou como poderiam colaborar os membros deste órgão no desenvolvimento do trabalho da comissão. -----

No ponto 8 – Balanço da actividade da CPJC, perante as respostas apresentadas, sugeriu que: a ausência de priorização do trabalho pelos serviços deveria ser denunciado perante os responsáveis dos próprios serviços, para conhecimento; a escassez de respostas sociais pode ser minimizada com parcerias (entidades empresariais ou de solidariedade); a menor participação de membros ou alguns parceiros deveria ser analisada casuisticamente, denunciada e divulgada a falta de apoio aos organismos envolvidos e responsáveis neste processo. -----

No ponto 8.3, é referida a necessidade de articulação com outros serviços da comunidade e o trabalho com as famílias, questionando a necessidade ou não de serem criadas parcerias. -----

Por último, desejou que a comissão no ano de 2007 fosse mais eficaz nos trabalhos, apelando aos técnicos e cidadãos envolvidos uma maior disponibilidade em prol dos mais necessitados, quer economicamente ou psicologicamente, devendo a

assembleia municipal velar pelos interesses da comunidade, concluiu o membro Albano Macedo. -----

António Coutinho – Respondendo às questões formuladas pelo membro Albano Macedo, informou que o número de reuniões da comissão alargada depende das convocatórias realizadas pelo presidente da comissão restrita. A carga horária de cada membro encontra-se definida na legislação que regulamenta esta matéria e a Dr.ª Fátima Tavares, por exemplo, como representante do Ministério da Educação está autorizada a afectar as dezassete horas e meia para o desempenho das funções cometidas. -----

Albano Macedo – Demonstrou uma preocupação que se prende com o facto de quem ler o relatório ficar com a percepção de haver a necessidade de mais dinheiro e colaboração para a comissão funcionar, dando a entender que não há apoio da Câmara Municipal, quando na verdade possui um fundo de maneo e não o utiliza. Por último, o presidente da assembleia municipal sugeriu que fosse enviada uma cópia à Comissão de Protecção de Jovens e Crianças das intervenções realizadas sobre o documento colocado à apreciação, para os fins que entenderem por mais convenientes, designadamente, para saberem que este órgão têm o interesse de acompanhar e contribuir para que a actividade da comissão seja de sucesso. -----

**-----3.2 – Estudo prévio do IC35 - Apreciação:** - Depois da introdução realizada pelo presidente da assembleia sobre este assunto, remetido pelo presidente da câmara municipal para apreciação, foram abertas as inscrições para os membros que desejassem intervir. Assim, foram anotadas as seguintes participações: -----

José Braga – Começou por dizer que sobre as propostas apresentadas se encontrava triste, desiludido e de certa forma enganado, pensando que é o sentimento geral da população do concelho, nomeadamente, das freguesias de Rocas do Vouga e Couto de Esteves, que serão altamente penalizadas se for escolhido um dos traçados propostos. Isto porque sempre se ouviu falar que o IC35 iria passar algures entre a freguesia de Rocas do Vouga e Couto de Esteves, ligando à freguesia de Cedrim e à A25. Mas, agora vêm com uma alternativa que não beneficia aquelas duas freguesias. -----

Seguidamente, perguntou ao presidente da câmara se não tinha sido eleito pelo PS e o governo não é do mesmo partido? Como presidente da câmara não têm acesso directo aos gabinetes ministeriais? Apesar destas vantagens objectivas que fez para demonstrar aos ministros e respectivos gabinetes das vantagens de um traçado mais a nascente, aliás como muito bem está Vale de Cambra a fazer, parece que alguém teve a preocupação para elaborar dois traçados, com um a passar por onde alguém quer que passe e o outro a passar por sítios que as pessoas vêem que não oferece todas as vantagens do desenvolvimento harmonioso e integral do concelho. Portanto, está visto que estes dois traçados não são a alternativa, porque o traçado A está desenhado de modo a convencer-nos que o traçado B é o melhor. Assim sendo, informou que os membros do PSD iriam defender o traçado A, com maior aproximação às freguesias de Rocas do Vouga e Couto de Esteves e com entroncamento no nó da A25, em Talhadas. -----

José Luis – Comentou que, após a análise efectuada ao esboço apresentado eram de opinião que a solução assinalada do traçado B, demarcada a poente, lhes parece ser a mais vantajosa, considerando as duas hipóteses apresentadas. Destacou as vantagens mais importantes: permite desenvolver uma grande mancha do concelho menos atractiva para a fixação da população; possibilita a criação de novos pólos industriais; permite uma maior aproximação aos principais eixos rodoviários – A25 e A1 – e a sede do distrito. A articulação com o projecto da Vougapark, da

barragem de Couto/Ribeiradio e do Arestal serão factores de novas sinergias que beneficiarão a população deste concelho. Assim, propôs que resulte desta assembleia a emissão de um parecer que aprove a solução do traçado B, de modo a que passe rapidamente de estudo a projecto e que a obra seja colocada a concurso no menor espaço de tempo. -----

Albano Macedo – Defendeu o seguinte: Considerando que o traçado do IC35 entre Castelo de Paiva e a A25, na zona de Sever do Vouga, pode ser considerado um eixo de desenvolvimento, caso o mesmo seja opção por Dornelas, Minas do Braçal e Gândara; Considerando que na última campanha autárquica foi defendido um eixo rodoviário para implementação de um pólo industrial na Gândara e desenvolvimento da zona dos Padrões; Atendendo ao facto desta posição ser advogado pelo executivo e considerando que esse traçado trará vantagens, tais como: possibilitar a optimização da zona industrial da Gândara e de outros pólos industriais que possam ser criados junto àquele traçado na zona de Dornelas, Sever do Vouga e Pessegueiro do Vouga; Permitir também uma maior rapidez no acesso a Aveiro; Poder ser a complementaridade das infra-estruturas da zona do Braçal, potenciando o desenvolvimento turístico dessa zona, dos projectos em estudo e análise; Possibilitar a criação de nós de ligação para a EN328, em Silva Escura, que daria para a Ribeira de Fráguas e na zona industrial dos Padrões, que seria para escoamento; Permitir um menor custo da obra, em comparação com o outro traçado com muitas obras de engenharia, com muitos pontões, que iriam inviabilizar as zonas de construção e de desenvolvimento, como em Novelide, Paredes, Zevedinho e na Alombada. Aqueles pontões teriam que ser muito altos e teriam de ter zonas de protecção e provocavam a descaracterização da paisagem, factor negativo para a captação de visitantes ao concelho. Assim, pelo exposto, considerou que a Assembleia Municipal confirme e reforce o parecer do executivo municipal e solicite ao governo que esta via seja uma prioridade, tendo em conta que se trata de um eixo essencial ao desenvolvimento deste concelho. -----

Joaquim Zacarias – Iniciou a sua intervenção, informando que só foi entregue um documento para consulta e não possuem qualquer deliberação. Seguidamente, sobre o assunto em apreço informou estar espantado pelo facto de haver alguém que defendesse o traçado B, porque foram criadas expectativas para grande parte da população do concelho, quando foi defendido em tempos, que havia a necessidade de aproximar as populações de Rocas do Vouga e Couto de Esteves do eixo viário que atravessasse o concelho. Com a alternativa B, não vamos certamente aproximar essas localidades que, seguramente, ficarão mais afastadas. Seguidamente, contrapôs o comentário referido pelo membro Albano Macedo, dizendo que durante a campanha propuseram uma ligação entre os Padrões e Albergaria-a-Velha, via Gândara até à Foz, conforme leitura efectuada da mencionada proposta. Na sua perspectiva essa proposta nada tem haver com os dois traçados. Continuou, dizendo que já está a ser projectada a ampliação da zona industrial dos Padrões a norte da variante e já foi referido pelo presidente da câmara que se estaria a estudar a possibilidade de alargar a zona industrial de Cedrim e, até no futuro, a das Talhadas ou nascer um novo pólo entre aquelas duas freguesias – Cedrim e Talhadas, e o traçado B, afasta-se e vai contribuir para a eliminação de uma grande mancha florestal do concelho. Concluiu, dizendo que a proposta A, em face das zonas industriais existentes, com intenções de serem optimizadas e uma ligeira alteração para o lado da freguesia de Rocas do Vouga, é a solução ideal para este concelho. -----

Almeida e Costa – Usando da palavra, o presidente da assembleia municipal acrescentou que a solução A não trará qualquer vantagem para as freguesias de Rocas do Vouga e Couto de Esteves, não desejando que fosse este assunto objecto de lutas entre freguesias, porque esta obra não será realizada pelo Município e, o assunto em apreciação, deveria ser analisado quanto às mais valias que poderá trazer para o concelho, dizendo que iria solicitar, por escrito, ao presidente da câmara que na reunião que irá realizar com o secretário de estado peça mais elementos sobre os dois traçados, tais como, informação técnica, de custos e de prazos de execução, para numa próxima sessão, este órgão se debruçar mais seriamente sobre este projecto. -----

José Dias – Referiu que estavam a analisar apenas estes dois traçados, porque se fosse possível defenderia um terceiro itinerário. Mas, como foram apresentados apenas estes dois esboços, teriam de debruçar-se sobre a proposta apresentada e defender aquele que trará mais vantagens para o concelho. Assim, verifica-se que um é mais ou menos a rectificação de uma estrada que já existe e há um outro que, realmente não sendo para o lado da sua freguesia como desejava, é aquele que mais pode desenvolver o concelho. Por último, referiu que a informação sobre o protocolo celebrado entre o Município e o Grupo Martifer, bem como, o interesse daquele grupo em construir a barragem de Couto/Ribeiradio, com uma via prevista a passar no açude, não quer dizer que possa beneficiar a freguesia de Couto de Esteves, em termos de acessibilidades. No entanto, o problema da acessibilidade será melhorado se forem construídos bons acessos até à freguesia de Couto Esteves e do outro lado da barragem até à vila de Oliveira de Frades. -----

António Dias – No início, começou por referir que não teve a oportunidade de estudar os documentos, sabendo apenas que tinha um traçado com entroncamento nas Talhadas e o outro no nó de Carvoeiro. Mas, estando a intervir na qualidade de cidadão da freguesia de Talhadas, colocando de parte as posições partidárias, referiu defender a opção A, pelas seguintes razões: Chegar mais rápido ao centro da vila de Oliveira de Frades que a sede do seu concelho. Acontecendo o mesmo em relação à cidade de Águeda ou vila de Albergaria-a-Velha; O acesso a Talhadas não permitir muitas ultrapassagens, agravando-se quando se depara com um ou dois camiões pela frente; Considerar que uma parte do concelho não está muito desenvolvida, nomeadamente, nas freguesias de Rocas do Vouga, Couto de Esteves e Cedrim. Assim, desejou que fosse ponderado o custo/benefício, para serem avaliados os benefícios que aquela via trará num ou no outro trajecto, e, fazer-se uma apreciação e escolha com base nessa informação. -----

Manuel Soares – Em resposta, quanto à intervenção do membro José Braga respondeu que, fossem lidos os documentos e houvesse algum raciocínio sobre as matérias, isto porque à câmara municipal foi solicitado que se pronunciasse e deu o seu parecer, não se compreendendo porque estava a colocar questões ao presidente da câmara quando este assunto foi submetido a um órgão soberano – assembleia municipal – para emissão do seu parecer. Sobre este assunto apenas pediram sugestões à câmara municipal. No entanto, o presidente da câmara conversou com o presidente da assembleia municipal e dizendo-lhe que ao ser um assunto relevante para o concelho, deveria ser analisado no seio do órgão deliberativo. E, não estava em discussão qualquer proposta do presidente da câmara, devendo apenas debater esta matéria com todos os membros presentes e não colocar questões insultuosas, como a dos acessos aos gabinetes. -----

Seguidamente, referiu que o IC35 poderá vir a passar no concelho de Sever do Vouga, devido aos inúmeros pedidos que realizou a nível superior, através de

várias reuniões, contra a vontade do presidente da câmara de Arouca que defendia um traçado a desembocar em Santa Maria da Feira. Explicando também que em Vale de Cambra defendem o traçado referido, porque está em estudo o IC32, que ligará Oliveira de Azeméis a Vale de Cambra. -----

Explicou que as vias classificadas como Itinerários Complementares servem para ligar os centros das vilas, não estando esta via a ser projectada para serem feitas junções de freguesias. Assim, os IC's terão de passar junto às sedes dos concelhos, no menor curto espaço, não podendo de modo algum passar próximo da freguesia de Couto de Esteves. -----

Solicitou que este assunto não fosse transformado numa guerra entre freguesias, isto porque ao beneficiar somente as freguesias de Rocas e Couto, seriam preteridas as demais. -----

Quanto ao projecto da via de ligação dos Padrões à Foz, passando pela Gândara, informou só ser possível com a construção de um viaduto para ligação à ex-EN16, perguntando se nalguma altura o Município teria capacidade financeira para construir esse viaduto. Questionando também, se não seria melhor a construção do IC35 pelo traçado B, ficando a ex-EN16 para uma via turística. -----

O presidente da câmara referiu que o mais importante, era garantir a construção do nó no lugar da Gândara, caso escolhessem o traçado B, porque era uma zona onde poderia ser criada uma zona empresarial. -----

Sobre a afectação de uma mancha florestal, informou não ser um problema que o afectasse, porque tanto um como o outro traçado iriam afectar a floresta. -----

Seguidamente, informou que na resposta dada ao pedido de parecer, foram solicitados nós para o Alto da Serra, permitindo a ligação a Ribeira de Fráguas e Silva Escura, e, para o Curro, lugar da Moita, do concelho de Águeda, com ligação à Zona Industrial de Cedrim, ambos, com a intenção de justificar o pedido com base na inter-municipalidade para facilitar uma decisão superior. Em relação ao outro traçado, referiu que nada disto se poderia fazer. Mas, que não se opunha ao facto de quererem transformar este assunto num tema político, quando não deveria ser feito, porque estavam a analisar um assunto estratégico para o desenvolvimento do concelho. -----

José Braga – Foi-lhe concedida a palavra para referir que, não tinha intervido com a finalidade de alterar o presidente da câmara, mas apenas com a intenção de colocar as questões que foram feitas, para responder ou não, e que foram: primeira - se tinha ou não sido prometido que o IC35 iria passar entre Rocas do Vouga e Couto de Esteves, com ligação a Cedrim?; segunda – se o presidente da câmara tinha feito alguma coisa para ser estudado este traçado? Não tendo respondido às questões colocadas. -----

Almeida e Costa – Lamentou que as intervenções tenham descambado para uma discussão, quando se pretendia que fosse formulado um conjunto de ideias, isto porque não fora colocada à discussão qualquer proposta. -----

Joaquim Zacarias – Depois de lhe ser conferida a palavra, referiu que eram uma replica da assembleia da república, onde existem as posições, o governo a defender e, depois, o contraditório, agradecendo ao presidente da assembleia que estivesse a conceder esse principio. Isto porque ouviu o presidente da câmara bastante atentamente, tendo afirmado que estava muito inclinado para o traçado B, acrescentando também que esse trajecto iria ligar ao Carvoeiro. Mas, analisando o mapa, não se encontra prevista a ligação do IC35 ao nó de Carvoeiro. Portanto, o IC35 iria, por opção B, ligar na zona da Moita, não vindo como as Estradas de

Portugal vão aceitar a construção de mais um nó na A25, entre o Carvoeiro e as Talhadas. -----

Mais, para evitar as lutas entre as freguesias, porque não pretendiam colocar umas contra as outras, referiu que, ao olhar-se desapaixonadamente o mapa é evidente que pelo traçado A: Dornelas – não está longe; Silva Escura, Sever do Vouga, Pessegueiro do Vouga e Cedrim – ficam servidas; Talhadas – felizmente, já está bem servida há muito tempo. Mas, não estava a ver como é que a maior zona industrial do concelho – dos Padrões, com a possibilidade de ser aumentada – poderia ser bem servida, quando iríamos ver os camiões a circular pela vila, para apanhar o acesso ao nó da Gândara e se deslocarem em direcção a Vale de Cambra. Perguntando: Se este estudo tinha uma visão economicista, onde se pretende que os produtos tenham os custos mais diminutos? Se coloca essa zona empresarial em pé de igualdade com a de Oliveira de Frades e outras mais? Concluiu, dizendo que os traçados devem ser analisados numa perspectiva economicista e não por ter mais ou menos pontes. Sendo a sua visão que gostaria de ver registada. -----

Manuel Soares – Contrapôs, dizendo que a intervenção do membro Joaquim Zacarias reforçava ao contrário os aspectos ambientais que inicialmente tinha referido. Isto, porque o traçado A daria origem a uma via paralela à EN328, com aspectos muito negativos para as populações, devido às manchas de afastamentos que iriam ficar numa zona altamente povoada, comprometendo espaços urbanizáveis e a ampliação da zona industrial do Padrões, porque iria passar no local onde se deseja alargar aquela espaço empresarial. -----

Quanto à última intervenção do membro José Braga, referiu o presidente da câmara que, neste tema, não deveriam estar a defender freguesias. Sobre a alegada promessa eleitoral disse que não constava do seu programa, apenas no do membro Edgar Jorge – presidente da junta de freguesia de Cedrim – enviado, juntamente com as opiniões defendidas por outras freguesias, para o instituto Estradas de Portugal, quando foi solicitado em tempos. Mas, tecnicamente informam não ser possível, concluiu o presidente da câmara. -----

Almeida e Costa – O presidente da assembleia municipal informou que iria fazer um pedido por escrito ao presidente da câmara municipal para solicitar informação mais técnica e fazê-la chegar à sua pessoa para se debruçarem sobre uma ferramenta de trabalho mais adequada para apreciação ou constituição de uma comissão para acompanhamento dos trabalhos do projecto do IC35. Por último, disse terem ficado registadas as posições dos membros da assembleia municipal. ---

----- **4 – Outros assuntos.** Não foi apresentada qualquer proposta. -----

----- **5 – Período destinado ao público** -----

Neste período foi dada a palavra ao senhor Rui da Silva que, abordou o problema da segurança na ex-EN16, devido à falta de limpeza, solicitando que fosse realizado esse trabalho. -----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja acta em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir eficácia imediata, tendo sido elaborada a presente acta, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por quem a redigiu. -----